

## Democracia, cultura e periferia: debate sobre políticas culturais

*Adriana Almeida do Carmo*<sup>1</sup>

*Cláudia Aparecida Avelar Ferreira*<sup>2</sup>

*Armindo dos Santos de Sousa Teodósio*<sup>3</sup>

*Democracy, culture and periphery: debate on cultural policies*

*Democracia, cultura y periferia: debate sobre políticas culturales*

### Resumo

O objetivo deste estudo foi investigar os desafios mais proeminentes da democracia cultural e a inserção dos sujeitos periféricos no Brasil a partir dos campos sociais. Trata-se de um estudo teórico que articula a discussão sobre democracia e cultura, a partir da noção de campo social e da reprodução de diferentes formas de capital, não apenas econômico, mas também simbólico e cultural, nas sociedades contemporâneas. É apresentada uma discussão sobre o que é periferia, sua hierarquização no campo cultural, com debate sobre o problema da inserção de sujeitos originários da periferia na cultura, e os desafios para superação da desigualdade no contexto brasileiro.

**Palavras-chave:** *Periferia; Democracia cultural; Campos sociais.*

---

1 Doutora em Administração pela Programa de Pós-graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pesquisadora no Núcleo de Pesquisas em Ética e Gestão Social (NUPEGS) do PPGA. E-mail: gestaodecultura@gmail.com

2 Pós-doutorado em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Doutora em Administração pela PUC-MINAS. E-mail: claudiahgv@gmail.com

3 Doutor em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração (PPGA) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). E-mail: armindo.teodosio@gmail.com

## Abstract

The objective of this study was to investigate the most prominent challenges of cultural democracy and the insertion of peripheral subjects in Brazil, from the social fields. This is a theoretical essay that articulates the discussion on democracy and culture, based on the notion of the social field and the reproduction of different forms of capital, not only economic, but also symbolic and cultural, in contemporary societies. A discussion is presented on what is periphery and its hierarchization in the cultural field, with the debate on the problem of insertion of subjects from the periphery, in culture, and the challenges for overcoming inequality in the Brazilian context.

**Keywords:** *Periphery; Cultural democracy; Social fields.*

## Resumen

El objetivo de este estudio fue discutir los desafíos de la democracia cultural y la inserción de sujetos periféricos en Brasil, desde campos sociales. Es un artículo de carácter teórico que articula la discusión sobre democracia y cultura desde la noción de campo social y la reproducción de diferentes formas de capital, no solo económico, sino también simbólico y cultural en las sociedades contemporáneas. Se debate el problema de la inserción de sujetos originarios de la periferia en el campo de la cultura y los desafíos para superar la desigualdad que también se manifiesta en la reproducción de prácticas sociales e interacciones en el campo de la cultura en el contexto brasileño.

**Palabras clave:** *Periferia; Democracia cultural; Campos sociales.*

*Introdução*

**N**os últimos tempos, em diversos países, a democracia encontra-se ameaçada devido à polarização política baseada em ideologias, as quais confrontam o Estado democrático e a garantia de direitos de diversos cidadãos. Logo, acarreta-se, ainda mais, a inacessibilidade a bens materiais e imateriais de determinados grupos considerados periféricos, principalmente nas sociedades ocidentais.

Botelho e Okado (2020) evidenciam o declínio da democracia na América Latina por questões de insatisfação e falta de apoio aos regimes, desconfiança nas instituições e elevado índice de democracia liberal, que tem deixado muitas pessoas às margens da sociedade. Silva (2021, p. 119) aponta que a “ascensão de manifestações de direita e de extrema direita [...] no Brasil [...]” faz perceber “que a incipiente democracia liberal brasileira é sustentada por uma cultura política autoritária reprodutora de desigualdades, racismos, conformismos e violências”. Esse posicionamento, frisado por Castilho e Lemos (2021, p. 269), decorre da situação do Brasil em termos de impacto na segurança social. Vive-se a “política oficial, a necropolítica, que advém de um domínio autoritário de definir quem deve morrer e quem merece viver, aprofundando ainda mais a barbárie social contra a classe trabalhadora”. Botelho e Okado (2020) ressaltam que uma democracia sustentável somente é possível com a mediação de relações no âmbito individual, que favoreça a aversão às opções autoritárias.

No entanto, Carvalho e Carvalho (2019) discorrem que a garantia da democracia em países capitalistas é uma razão incomensurável, já que os interesses não são consensuais, permitindo que determinadas classes sociais sejam privilegiadas em detrimento de outras, pois é impossível a igualdade econômica, social, política e a emancipação do ser humano. Scheve e Stasavage (2017) apontam à ambiguidade existente na democracia que produz riqueza e leva

ao fracasso democrático, em decorrência da alta desigualdade social, por não ser sustentável em razão de as políticas de igualdade de riqueza, promovendo o descontentamento de eleitores por considerarem injusta a redistribuição de renda.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, no art. 1º, respalda que o poder instituído e emanado pelo voto popular deve garantir a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (BRASIL, 1988). Isso significa que o Estado não pode falhar constitucionalmente e deve ter como premissa básica a garantia desses direitos. Entretanto, o Estado não garante esses direitos em sua plenitude, sendo os sujeitos periféricos silenciados, invisibilizados e seus valores culturais reduzidos a uma hierarquização, que determina os produtos culturais produzidos entre elite e periferia. Tal situação fomenta o questionamento de como as trajetórias das políticas culturais no país têm levado à democratização da cultura e à sua interrelação ao perpetuar a desigualdade no país. As questões norteadoras para a discussão central deste estudo teórico foram: O que dificulta a democratização do acesso à cultura nas histórias dos sujeitos que vivem em periferias? Qual o impacto da democracia cultural nas periferias? Assim sendo, o objetivo do estudo foi investigar os desafios mais proeminentes da democracia cultural e a inserção dos sujeitos periféricos no Brasil a partir dos campos sociais.

Entende-se como “campo social” o espaço estruturado pelos agentes e por organizações burocráticas, identificado como científico, artístico, editorial, político e acadêmico, dentre outros, de forma que perpassa pela perspectiva de mundo, em que as pessoas que vivenciam esse lugar se diferenciam umas das outras e têm determinados interesses. Ressalta-se, ainda, o preenchimento de posições distintas no espaço por cada agente e, por isso, essas diferenças geram a distribuição de capitais e de poder (BOURDIEU, 1996).

Os povos periféricos são os naturalmente invisíveis, como os descendentes de escravos. São pessoas comprometidas com a servidão no capitalismo, ainda

em condições de escravidão, indígenas e mestiços, vítimas do racismo, dentre outros (HERCULANO, 2008). D'Andrea (2020) percebe esses povos pacificados por meio de atributos, como viver em local de violência e pobreza, mas, por outro lado, atuando também como solidários e potenciais. Essas pessoas não se preocupam em demarcar fronteiras geográficas, como os brancos e ricos fazem. Qualquer lugar onde tem práticas e códigos compartilhados pode ser uma periferia e é esse território, esse espaço geográfico, que pode ser observado da cidade, sinalizado pela precariedade e distância em relação ao centro (D'ANDREA, 2020). Isso aponta que os ricos continuam a estabelecer fronteiras para os pobres, constituindo campos isolados de pobreza.

D'Andrea (2020) traz a denominação qualitativa da “periferia”, na década de 1990, como sendo um lugar para denúncia, demarcada pelo elevado desemprego, enfraquecimento dos sindicatos, fragilização da representação da classe trabalhadora e sob intervenção do capitalismo neoliberal. Com isso, os significados vivenciados nesse espaço são ditos por meio das seguintes expressões: “sobrevivendo no inferno”; “só quem é de lá sabe o que acontece”; “nada como um dia após o outro dia”; “o mundo é diferente da ponte pra cá” e “periferia é periferia em qualquer lugar” (D'ANDREA, 2020, p. 22-23).

Por isso, a redemocratização perpassa pela posse da imaterialidade pelos grupos periféricos, no caso, a cultura, que demanda ação estatal para formulação e implementação de políticas públicas nessa área. Historicamente, essas ações operam na busca pela democratização do acesso aos bens e aos direitos culturais. Por meio das leis de benefício fiscal brasileiras, como a Lei Federal de Incentivo à Cultura, o cenário cultural fomentou, nos últimos anos, a realização de diversos projetos artísticos, objetivando a inserção social. Mesmo com o crescimento dos recursos *público-privados no campo da cultura* nos últimos anos, a acolhida das políticas públicas não é suficiente e não abrange a totalidade da população brasileira. Esses investimentos não têm sido satisfatórios o bastante para garantir o acesso das pessoas periféricas ao capital cultural,

deixando um vazio no atendimento a uma parte da sociedade, a qual vive à margem do seu direito de acesso à cultura (CARMO; FERREIRA; TEODÓSIO, 2020). Essa situação decorre do matiz da democracia propagada com o apoio popular. No entanto, Inglehart e Welzel (2003) mostram que essa base populacional é superficial para fins sociais, pois mesmo que todos a percebam como positiva, suas apreciações são fracas. Por isso, um dos pilares para a democracia política é a liberdade de expressão para resguardar a democracia cultural (BALKIN, 2016). No âmbito político, a democracia cultural possibilita a divisão e a decisão das subvenções no setor cultural, com participação das organizações relacionadas à arte para seleção de pedidos de financiamento, para apresentação de práticas artísticas e culturais (RUTTEN *et al.*, 2019).

Jiang e Choi (2018) argumentam que democracia cultural pode apresentar eficácia, se ocorrer a descentralização completa e de fato. Também pontuam que as relações intergovernamentais centro-periféricas podem sofrer impacto na gestão de centros culturais comunitários, desde que os governos atendam significativamente às demandas locais e haja uma sociedade civil forte. Para que isso aconteça, os projetos culturais devem ser aperfeiçoados e o público deve ser diversificado. Entende-se como sociedade civil forte, a partir do modelo da Dinamarca, comunidades cujos valores são honestidade, confiabilidade e reciprocidade, decorrentes de diversos movimentos sociais na história, favorecendo a coesão social devido à existência de uma cultura específica (STØVRING, 2012). Hacker (2010) ressalta que esse tipo de sociedade forte é conflitante com os objetivos dos liberais, pois nem sempre coadunam com as políticas sociais por perpetuarem o pensamento axiomático em vez do foco na sociedade e na cultura. Mediante essa dicotomia de interesses, as políticas públicas atuam em prol da democratização do acesso, no discurso do exercício da cultura como direito e cidadania (BOTELHO, 2016), levando em conta, em grande parte, apenas os obstáculos materiais às práticas culturais. A construção dessas políticas no Brasil aconteceu pelas bases do modelo francês, nas décadas de 1960 e 1970, que defendia a promoção do acesso à cultura eru-

ditada para toda a população. Estudos mais recentes, porém, defendem que há fatores mais decisivos do que a oferta cultural, de modo que, para a inclusão das periferias, é preciso atentar para o gosto e para a preferência, que nem sempre se limita ao erudito.

Como a cultura brasileira é plural, enfatiza-se neste artigo a negação do acesso à cultura (museus, cinemas, livros, shows, teatros, exposição de artes, centros culturais e bienais, dentre outros), sendo esta imposta pelos colonizadores, e valorizada na sociedade brasileira, dando prestígio e status a quem frequenta; logo, é um capital simbólico (BOURDIEU, 1999). Torna-se evidente que a exclusão social e a pobreza interferem diretamente na apreensão do capital cultural, servindo para consolidar espaços de exclusão, vulnerabilidade e obstáculos ao desenvolvimento social (MOTTA; SCHMITT, 2017). É crucial o respeito à pluralidade e à cultura, também produzida pelos territórios, dentro do espectro de uma democracia cultural, que tem como prerrogativa favorecer a diversidade (BOTELHO, 2016; LOPES, 2015). No entanto, Balkin (2016) questiona a democracia cultural nos moldes como foi planejada, pois as teorias que abordam a cultura e seus produtos buscam exprimir a ideologia vigente, em termos políticos e de valores, contrapondo a teoria da liberdade de expressão, a qual promove as trocas globais de ideias e opiniões.

O presente estudo baliza-se nos fundamentos teóricos advindos da noção de “campo social” e “capital social e cultural”; dos debates contemporâneos sobre desigualdade no Brasil, em especial sobre os sujeitos periféricos; além dos estudos sobre democratização da cultura e democracia cultural, no que tange à construção das políticas públicas para a cultura. Existem estudos que tratam sobre a questão da periferia e da cultura, bem como de outros temas, mas artigos acadêmicos que apresentam a interseccionalidade desses três construtos – povos periféricos, cultura e democracia na administração pública e empresarial – ainda precisam avançar, pois envolvem a sustentabilidade dos territórios. Este artigo investiga os desafios e traz para o debate a necessidade da ampliação da

democracia no campo da cultura, a partir da inserção de sujeitos originários das periferias, de distintos territórios no contexto brasileiro, com base na noção de “campo social” e da reprodução de diferentes formas de capital, não apenas econômico, mas também simbólico e cultural, nas sociedades contemporâneas.

### *Periferia: que lugar é este?*

Periferia é o lugar predominante de sujeitos em desigualdade social e luta contínua por redistribuição, participação e reconhecimento. Os sujeitos periféricos são representados pela população mais vulnerável, em relação ao capital cultural, e inteiramente desprivilegiada no campo social. Na área profissional, essa “ralé”, como Souza (2009, 2010) aborda, exerce funções invisíveis, vivendo sem acesso aos direitos básicos de saúde, educação e habitação.

Figueiredo (2005, p. 138) aponta que as cidades periféricas apresentam privação absoluta de lazer, cultura e alternativas econômicas devido à expropriação das cidades catalisadoras. Isso porque seus municípios se deslocam para “comerem sorvetes, comprarem alimentos, roupas, irem aos cinemas” e os demais que não têm renda permanecem nas ruas, nos becos lamacentos, nos bares onde têm acesso à cachaça barata, nas igrejas evangélicas, principalmente as neopentecostais, ou ficam em casa assistindo aos programas de televisão nos canais abertos. Restam para as cidades periféricas resolverem

os problemas dos rejeitados (as) pelo mercado de trabalho, dos adolescentes e jovens sem ocupação, [...] enfrentam o problema cada vez mais assustador de postos de saúde sempre superlotados de crianças e idosos, as grandes vítimas do sistema de exclusão. (FIGUEIREDO, 2005, p. 138).

Marcusso (2014) discorre que a periferia é identificada, pela classe dominante, como lugar de pobre e da criminalidade, de forma que é um lugar estigma-

tizado, onde é comum a subcidadania urbana, onde as vidas das pessoas estão sujeitas à vistoria, ao controle social e policial, além da falta de infraestrutura, de serviços e equipamentos coletivos, com impacto no processo educacional, na saúde e no bem-estar social.

De acordo com Soares e Meireles (2011, p. 3) “o termo periferia foi reforçado após a Primeira e a Segunda Guerra Mundial e popularizado durante a Guerra Fria para designar os países com baixo poderio militar, econômico e com graves problemas de infraestrutura”. A formação das periferias, na maioria dos casos, é resultado da especulação imobiliária, aliada à migração, abastecida por uma população sem privilégios economicamente. Trata-se de um ambiente diverso e em constante transformação, onde se instalam múltiplos discursos originários do processo histórico desses locais (MARINO, 2014).

A injustiça social é simbólica e, como resultado, traz consigo a hostilidade, a invisibilidade social e o desrespeito (SOUZA, 2000). Em relação aos sujeitos periféricos, de acordo com Marino (2014), há uma “redução da cidadania”, uma vez que a maioria da população periférica vive na ilegalidade habitacional, perdendo, assim, o acesso aos direitos e à justiça. Paradoxalmente, esse cerceamento estimulou o que o autor denominou de “desenvolvimento de identidades” e “cidadania insurgente”, a partir do pertencimento que decorreu da mobilização e da criação de movimentos sociais, os quais surgiram a partir da exclusão social e política (MARINO, 2014; RIBEIRO; DUTRA, 2020), resultando na busca de melhorias de infraestrutura e de qualidade de vida. Para Marino (2014), os movimentos sociais trouxeram à tona diversas demandas sociais, culturais e políticas.

Como exemplo dessa condição periférica, Carmo (2020, p. 90) apresenta a situação da Produtora (mãe de um filho):

Eu andei perdida e durante o tempo que eu andei perdida (dentro da minha cabeça) eu não sabia o que fazer

nem para ser aceita. E a arte me salvou. [...] depois que eu separei eu fui morar num quartinho sem banheiro, sem cozinha, sem nada. E, e, eu não tinha dignidade, não tinha respeito de ninguém, as pessoas me olhavam e não davam nada por mim. Quando eu vi esse homem sair, eu não pensei duas vezes, eu fui com as vassouras na mão e puxei ele pelo blazer lindo, ele olhou assustado. E eu falei com ele assim, o senhor me arruma um emprego, eu estou cansada de vender vassoura na rua? [...] E junto com o teatro na minha vida aí veio o respeito. Veio a dignidade. Porque assim: olha, ela trabalha no teatro, ele trabalha num grupo famosíssimo, ela foi recepcionista lá e, e ela foi promovida. Então a coisa já mudou de figura, tanto na minha família, como nas pessoas de um modo geral.

Forenza (2017) e Souza (2015) concordam que o acesso à cultura contribui para participação cívica, construção crítica e expressão de opiniões. Como vetor pessoal, o acesso à cultura tem capacidade de promover maior autoestima, criar coesão e reduzir as crenças limitantes que favorecem a dominação e o preconceito de classes, nominada por Souza (2015) como “escravidão interna”. Encontrar mecanismos eficazes para dar voz aos sujeitos invisíveis e ação política é, dessa forma, uma maneira importante pela qual uma lente cultural pode ajudar a informar sobre as políticas públicas (RAO; SANYAL, 2010). Carmo (2020, p. 85) cita o caso do Rapper (negro periférico, filho de mãe solo), o qual teve acesso à arte por meio da iniciativa social em sua comunidade:

[...] a cultura me deu acesso, né. Acesso a entrar numa biblioteca, acesso a, de ler livros, acesso a ver filmes, a ouvir músicas e aquilo ali foi me desconstruindo, né, foi tirando essa brutalidade que tinha, né, em mim, para ser outra pessoa.

Olhar para a cidade de “baixo para cima” e “das margens para o centro”, na busca pela reinvenção do espaço público como espaço de cidadania, exercício

da cultura e da participação democrática, é o que propõe Furtado (2002). A valorização das ações culturais com o propósito de desenvolvimento é apontada como uma via possível, para que sujeitos periféricos e suas comunidades possam encontrar soluções criativas para os problemas enfrentados no cotidiano, sejam eles de sustentabilidade econômica, social ou ambiental. Qualquer mudança se torna impossível no espaço social, se o mundo reproduzir mais do mesmo (SOUZA, 2015). O incentivo à realização de projetos culturais em comunidades menos amparadas é uma alternativa para que elas possam se configurar como os próprios gestores do seu desenvolvimento. Se não for pelo caminho do acesso e do estímulo à construção de pensamento crítico, quem controla a produção das ideias dominantes continuará a controlar o mundo (BALKIN, 2016; SOUZA, 2017).

Canclini (2003, p. 175) defende que “uma teoria das identidades e da cidadania deve levar em conta os modos diversos com que essas se recompõem nos desiguais circuitos de produção, comunicação e apropriação da cultura”. Nesse sentido, intensifica-se o desafio de buscar oportunidades de melhorias das estruturas, projetos e equipamentos culturais, as quais permitam o acesso dentro e fora das periferias e que culminem em fruição individual, ao mesmo tempo em que estimulam o surgimento de novos espaços de compartilhamento de saberes e fazeres na cultura, o que acelera o exercício pleno da cidadania e da democracia cultural. Para Canclini (1987), o poder aquisitivo – capital econômico – é um limitador para o acesso aos bens culturais, mas é preciso assegurar os direitos culturais para ocorrer a democratização dos bens simbólicos. O capital simbólico está relacionado à acumulação de prestígio e reconhecimento social, por um indivíduo que preserva sob seu domínio os recursos considerados essenciais em um determinado campo, que pode ser considerado uma síntese dos capitais econômicos e culturais que foram reconhecidos como legítimos em um espaço social (BOURDIEU, 1990; THIRY-CHERQUES, 2006).

Para Canclini (1987) a política cultural precisa começar na infância, onde a capacidade de se relacionar com os bens culturais parece mais acessível. Deve-se envolver o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade, melhorar as condições sociais, resolver os problemas e assegurar a identidade. Ao se tratar do cenário dos sujeitos periféricos, é preciso que o planejamento das políticas territoriais e culturais possam culminar em superação do isolamento, no estímulo à participação e à criação de vínculos, subsidiada por processos de cidadania (KATZMAN, 2007). Por isso, é necessário respeitar a continuidade ao acesso (CANCLINI, 1987), que não deve ser pontual, não se limitando apenas ao estético.

Os conflitos sociais e as lutas por emancipação passam pela participação, tal como pressupõe o filósofo alemão Axel Honneth (MENDONÇA, 2007). Por meio da participação interativa, os sujeitos se autorrealizam e é necessária uma socialização minimamente saudável para se conceber uma sociedade justa. Na luta de classes, em sociedades complexas, há um intenso esforço permanente pela estima e pela dignidade (MENDONÇA, 2011). A luta pela estima é uma forma de recepção positiva da identidade coletiva, entre os grupos que se encontram marginalizados, sendo uma maneira de sentir-se digno. A estima, aqui, caracteriza-se pelo potencial de realização coletiva, e não de individualização, a qual se observa nas contribuições que os indivíduos oferecem à sociedade ou à comunidade. A estima social desempenha um papel fundamental na capacitação de indivíduos e na luta contra o desrespeito (MENDONÇA, 2011).

Souza (2000) recorre à análise proposta por Charles Taylor, de que a dignidade pressupõe um reconhecimento universal entre iguais: o sujeito busca aceitação de suas capacidades e qualidades para se sentir em comunhão com os outros e, automaticamente, reconhece o outro também em sua singularidade e originalidade. As pessoas só existem em “redes de interlocução” (SOUZA, 2000, p. 139). Com base nisso, o acesso aos bens culturais pode melhorar “a qualidade

de vida dos elementos de uma coletividade” (FURTADO, 1984, p. 32). A posição dos indivíduos, na parte inferior da hierarquia social, priva-os da possibilidade de serem estimados (MENDONÇA, 2011; SOUZA, 2000) e o maior problema das hierarquias é o fato de elas serem silenciadas e invisíveis no dia a dia (SOUZA, 2017), permitindo sua perpetuação sem muito questionamento.

A desigualdade social também tem relação direta com a desigualdade espacial (KATZMAN, 2007). Em geral, a concentração dos bens ou serviços públicos de melhor qualidade está alocada nos centros. A periferia começa por se situar em localização geográfica duvidosa e termina por amargar a ausência nas lacunas e no “vazio cultural” (FREDERICO, 2013). O sujeito periférico está fora do centro, do foco dos investimentos, dos serviços e das políticas. Essa separação entre centro e periferia é a reprodução simbólica do mundo social dentro da hierarquia entre as classes (SOUZA, 2015).

Em relação às manifestações culturais entre centro e periferia, ainda prevalece uma relação de justaposição entre elas, que replica as diferenças entre as classes sociais. “Ainda hoje se tenta defender a tese segundo a qual os produtos da cultura superior são de fruição exclusiva da classe dominante” (COELHO, 1996a, p. 9). Entretanto, nesses territórios paira uma criatividade com um potencial importante, que é o principal elemento da paisagem urbana histórica (MARINO, 2014).

Na condição urbana, o sujeito periférico vive em espaço de carência, violência, pobreza e segregação (FREDERICO, 2013). Se não bastasse a restrição em termos de participação no consumo dos bens, o sujeito periférico ainda sofre a “demonização” da sua condição, classificada como reino da corrupção e da primitividade (SOUZA, 2015). Assim sendo, o que é produzido na periferia, em termos de cultura, é considerado ruim, pobre de conteúdo e sujo. O espaço é retratado como “o lugar do tráfico de drogas, da violência policial e da degradação das condições de vida” (FREDERICO, 2013, p. 241), logo, estigmatizada pela classe superior (GOFFMAN, [1981] 2004).

A separação social entre periferia e centro isola o sujeito periférico na sua condição, retroalimentando e aprofundando a hierarquização social, trazendo mais desafios às políticas públicas que têm como objetivo a inclusão. As estruturas periféricas são afetadas pela redução de espaços de interação (KATZMAN, 2007), o que reflete diretamente na convivência, na criação de vínculos sociais e na fruição cultural. Os indivíduos periféricos tendem a ter redes sociais menos diversificadas e laços fracos (MARQUES, 2015; KAUFMAN, 2012) do que aqueles que pertencem às classes mais altas. A ausência do capital social reforça ainda mais a reprodução da pobreza urbana.

Os sujeitos periféricos são excluídos de duas maneiras: em primeiro lugar, pela localização dos patrimônios culturais valorizados pelos grupos dominantes, que se encontram nos grandes centros; em segundo, porque os estudos de resgate e difusão dos bens culturais são hegemônicos, ou seja, há priorização do fomento à cultura erudita em detrimento da popular (CANCLINI, 1987; COELHO, 1996b). Em contraponto, as áreas periféricas possuem diversos movimentos e coletivos culturais, os quais atuam diretamente na dinâmica social (MARINO, 2014). Carmo (2020, p. 85) cita o caso de Cineasta (sétimo filho da família, tendo acesso à cultura pelo rádio, jornais e livros, visto que na casa não tinha TV):

[...] eu vim do lugar que você é desacreditado o tempo inteiro, cê leva até na farra, porque você cresce sendo desacreditado, ninguém acredita, ninguém acredita. E não acredita porque a descrença ela é, ela é tocável, né. Como é que você vai acreditar?

O acesso à cultura, entre outras coisas, apresenta um potencial para a redução das desigualdades sociais. No campo da cultura coexistem indivíduos oriundos de distintas classes, com capitais diferenciados, sejam eles econômico, social ou cultural. Bourdieu (1999) afirma que a existência de classes se fundamenta na construção de espaços de lutas. Dessa forma, o espaço social que a cultura ocupa como *locus* social, no qual distintos atores interagem,

compõe um campo que pressupõe lutas devido às tensões que são geradas pelas diferenças nas aquisições dos capitais pelos indivíduos.

Os sujeitos que se encontram na “ralé brasileira” (SOUZA, 2009, 2010) representam uma parcela da população que é desprivilegiada no campo político e social. São pessoas que têm seus direitos básicos cerceados, sendo que no campo da cultura não é muito diferente. Estudos iniciados pelo Ministério da Cultura, na década de 1970, já apontavam que a distribuição dos recursos, alocados de forma geograficamente paritária, na cultura se constitui em um desafio (DURAND, 2000).

Em termos gerais, as regiões mais centrais aglutinam a maioria dos bens e serviços públicos de melhor qualidade. As periferias amargam as ausências, as lacunas e o “vazio cultural” (FREDERICO, 2013) e, no Brasil, tem predominado a cultura da retenção, em especial pela classe média, que advém de uma cultura de circulação restrita, marcada pela exclusão e que não desempenha a sua função peculiar de “ligar”, conectar e interligar pessoas e a comunidade (COELHO, 1996a). Prevalece uma classe de incluídos que são os detentores de capital econômico, social e do conhecimento incorporado (capital cultural) e uma outra classe de excluídos que possuem apenas o próprio corpo, cedido como mão de obra ao trabalho (SOUZA, 2006).

No entanto, a dicotomia entre cultura popular versus cultura erudita vem sendo reproduzida há décadas. É preciso considerar as “culturas” no plural, afinal a cultura erudita é apenas uma entre muitas, já que os públicos são tão diversos quanto as expressões culturais (BOTELHO, 2016). Não faz sentido caracterizar as culturas em um relacionamento de subordinação, quando deveriam ser entendidas pelo viés complementar, sem ocupar posições ideológicas (BOTELHO, 2001; COELHO, 1996b).

Portanto, o capital cultural é um componente fundamental dos nossos modos de vida (SACHS, 2005). Ao Estado, cabe garantir o pleno exercício dos direitos

assegurados pela Constituição Brasileira, visto que sua função não é “fazer cultura”, mas de criar espaço para a democratização, fruição, valorização, acessibilidade, fomento, financiamento, economia e consumo, como fatores de desenvolvimento (CALABRE, 2007). A política está presente na cidade à medida que se permite a fruição, a participação e a garantia dos direitos de cidadania (FORTUNA, 2002).

### *A hierarquia no campo da cultura*

A institucionalização da hierarquia cultural se contrapõe a coexistência da diversidade na cultura (COLARES; SARAIVA, 2016). Para os autores, o fato de elevar a arte apenas ao balé, à música clássica, às artes plásticas e a qualquer ícone erudito elimina outras formas populares de fazer cultura, restringindo-a a um sentido de consumo e mercantilização que não atende a maioria da população trabalhadora e em condições de vulnerabilidade social, ou seja, é planejada basicamente para a classe dominante.

Se a cultura é classificada como produto, ela está sujeita aos parâmetros, rotulação, comercialização e hierarquização, a qual limita a liberdade de expressão e participação integral dos sujeitos (BALKIN, 2016). É daí que surge a bipolaridade entre alta e baixa cultura, popular e massa, cultura da elite e da periferia, democracia cultural e cultura democrática (BALKIN, 2016; COLARES; SARAIVA, 2016). O que é popular, das massas ou periférico, é considerado menor, menos qualificado e marginalizado.

A cultura na periferia recebe pouca atenção do Estado, segundo Colares e Saraiva (2016). Isso porque o Estado preconiza que o gasto do recurso público, seja em projetos que tenham o atributo “qualidade” – um parâmetro questionável na visão dos autores –, deixe de lado os produtos autorais, experimentais e a cultura marginal. O Estado, como um dos maiores financiadores da cultura, não deveria privilegiar a meritocracia dos grupos artísticos/

culturais, organizados para liberar recursos, porque, dessa forma, reforça o financiamento da cultura a partir do quesito consumo cultural, de acordo com Colares e Saraiva (2016).

A cultura que emerge no seio da periferia, a partir das relações entre as comunidades, é marcada pelas identidades dos sujeitos periféricos. Como exemplo, temos a riqueza cultural dos quintais de samba de roda e dos coletivos culturais de grafite, que nem sempre são acompanhados por uma infraestrutura adequada (MARINO, 2014). Embora a periferia seja um território marcado pela diversidade de práticas sociais e culturais, a “carência de recursos, aliada à forte presença da indústria do entretenimento, passou a enforçar a periferia em filmes, novelas, anúncios publicitários etc.” (FREDERICO, 2013, p. 240). Um exemplo da indústria de entretenimento foi o programa de auditório “Esquenta”, exibido aos domingos pela Rede Globo de televisão, nos anos de 2011 a 2016. A atração foi criada em parceria com o antropólogo Hermano Vianna e trazia como mote inicial a periferia e seus hábitos culturais. O programa era apresentado por Regina Casé e abordava entrevistas, músicas e outros elementos afetos à cultura da periferia brasileira, com o objetivo de se aproximar da classe C, que representava, como é hoje, mais de 50% da população consumidora. O programa “Esquenta” apresentava a periferia em cena, uma periferia *cool*, que “dita” novos hábitos culturais, como o *funk*, que se trata de uma música subversiva, para a qual a maioria da população torce o nariz. Atualmente, e cada vez mais, o estilo musical é tocado em casas sofisticadas de shows no Rio de Janeiro e em outras cidades, frequentadas pelas classes A e B.

Os sujeitos periféricos, integrantes da classe “C”, na condição de consumidores, possuem capital limitado e permanecem com seus hábitos culturais mais próximos às suas raízes, dentro de uma visão de mundo construída a partir de experiências de suas classes econômicas (CRUZ, 2015), o *habitus* referido por Bourdieu (2002). Thiry-Cherques (2006) ressalta que o *habitus* cria uma lógica

estruturante acima da razão teórica, a qual classifica e organiza a interação social simultaneamente. O *habitus* leva a pessoa a perceber, a julgar e a dar valor ao mundo, determinando o jeito de agir, corporal e material, criando práticas e representações. Nesse sentido, a indústria do entretenimento, que já detectou esse comportamento (ao contrário do que vem sendo financiado pelo Estado), tem cooptado cada vez mais consumidores dos seus produtos, ao mesmo tempo em que promove a identificação desse público para que ele se sinta representado nas produções televisivas (SOARES; MEIRELES, 2011).

A periferia do “Esquenta” mostrava uma periferia estereotipada, do samba e das mulatas, que levava o espectador a se identificar com as suas imagens. Para Soares e Meireles (2011, p. 7), trata-se de “um [...] programa popular, da emissora hegemônica, na tentativa de autoafirmar-se como tal, que institui, mais uma vez, a opressão de discursos, a revitalização do sistema e a pasteurização da periferia”. Nele, o sujeito periférico, apresentado como protagonista, é apenas um observador ao invés de produtor dos conteúdos. A cultura da periferia, dentro da proposta do programa “Esquenta”, é limitada e “não há espaço nessa laje para o forró, para o axé, para o *tecnomelody*, para o sertanejo” (SOARES; MEIRELES, 2011). Prevalece o recorte da hegemonia dominante, que é quem determina, para o espectador, o que seria a cultura da periferia, na qual não está representada a diversidade de fazeres e saberes da cultura periférica local, situação que Balkin (2016) ressalta. Que democracia cultural é esta, que usurpa do dinheiro de todos para beneficiar alguns, segundo a ótica do detentor da ideia? A que interesses serve? Àqueles que não os dos miseráveis, em termos econômicos, e aos dos ricos em outros saberes?

A diversidade cultural é o componente principal de uma democracia cultural (BOTELHO, 2016), a qual considera as mais variadas formas de saberes e fazeres culturais, tendo o público como cocriador de consumo e de produção cultural. Essa democracia cultural constitui um desafio dos formuladores de políticas públicas para a cultura [...], onde é preciso manter o posicionamento

acerca da existência das múltiplas culturas, as quais são pensadas de forma paralela, não sobrepostas e nem hierarquizadas (COLARES; SARAIVA, 2016).

A coletividade e a mobilização nas periferias, no alcance de objetivos comuns, marcam a construção cultural como uma atividade coletiva, que coloca a cultura como bem público, em espaços de fruição cultural. A criatividade presente nas periferias pode ser entendida como principal elemento de sua paisagem urbana histórica e, inclusive, como um potencial importante para o provimento das melhorias necessárias nesses territórios (MARINO, 2014).

À medida que os sujeitos passam de espectadores para agentes de cultura, podem atuar como protagonistas na modificação de suas estruturas, melhorar sua qualidade de vida e transformar seus territórios. Pelo seu forte componente identitário, a cultura tem poder de auxiliar na criação de maior coesão, no fortalecimento do senso de pertencimento, além de impulsionar as periferias a serem um espaço de construção e vivência cultural. É fundamental que as políticas públicas identifiquem essas oportunidades presentes na paisagem para, então, protegê-las e fomentá-las (MARINO, 2014).

Para além do propósito de democratizar a cultura, é preciso pensar em uma cultura democrática, que favoreça e possa estimular a diversidade cultural territorial (BOTELHO, 2016). O desenvolvimento nas formas de fazer e os saberes estão nos territórios e nas localidades. Ao mesmo tempo em que é preciso dar acesso aos bens culturais, que se encontram fora das periferias, é preciso criar condições para que os sujeitos periféricos vivam e desfrutem de sua cultura no seio das suas comunidades. Mas será que as políticas públicas para a cultura têm preconizado esse desafio? E como os sujeitos periféricos olham para si mesmos e suas culturas? Seria com as lentes das cidades, de quem está fora? De qual cidade, uma vez que predomina o eixo Rio Janeiro e São Paulo? Seria com as lentes da própria periferia? São questões importantes que este artigo levanta para maior aprofundamento nas diversas esferas do conhecimento, as quais carecem de respostas imediatas.

O acesso à cultura pode ser considerado a força motriz do desenvolvimento individual de sujeitos excluídos socialmente? O acesso ao capital cultural, por meio de projetos artísticos, poderá culminar em novos laços sociais, novos gostos e comportamentos? De acordo com Motta e Schmitt (2017), a participação em projetos e programas de cunho artístico cultural é responsável, sim, por introduzir novos costumes e permitir uma nova visão de si mesmo (MOTTA; SCHMITT, 2017). Essas novas práticas proporcionam mudanças comportamentais e culminam na geração de maior autoconfiança e autoestima para os sujeitos periféricos.

Para Motta e Schmitt (2017), o aprendizado de novas linguagens artísticas possibilita a ascensão pessoal e a transformação de indivíduos de comunidades menos privilegiadas, ou em situação de vulnerabilidade social, em apenas uma geração. Entende-se aqui que o acesso ao capital cultural, no caso dos sujeitos periféricos, aponta para a mobilidade como forma de alteração da posição, nos campos em que se inscrevem no seio da sociedade. A luta para se libertar da situação de pobreza e da desigualdade passa por um processo cultural, que interfere diretamente no desenvolvimento tanto político quanto econômico (RAO; SANYAL, 2010).

A cultura e a participação em um sistema democrático podem levar a um processo de autotransformação positiva, por catalisar um conjunto de alterações desejáveis no indivíduo. Dentre elas, destaca-se: a) aumentar a facilidade no raciocínio prático; b) tornar as pessoas mais tolerantes às diferenças e mais sensíveis sobre a necessidade de reciprocidade; e c) aumentar a capacidade de as pessoas pensarem e agirem com autonomia, com base em suas próprias preferências e não se envolverem em julgamentos morais (RAO; SANYAL, 2010, p. 151).

Ressalta-se que os projetos culturais, realizados em regiões periféricas, também podem servir como um centro de apoio para atores locais e organizações artísticas, proporcionando oportunidades de crescimento profissional, por

meio da troca de ideias, criação de parcerias, profissionalização na cultura, surgimento de coletivos e de novos arranjos produtivos entre a comunidade e as organizações de artes comerciais (GRODACH, 2008).

Enfim, democracia cultural no Brasil, sem a participação dos periféricos, não se pode dizer que seja uma democracia justa, uma vez que nos regimes liberais e neoliberais é priorizada a manutenção dos privilégios das classes alta e média, ou da sociedade estatal, sendo a mobilidade social dos periféricos praticamente nula. Mas existem iniciativas de alguns governos e dirigentes, impulsionadas pela cultura digital, que apontam dias melhores no campo da cultura.

### *Considerações finais*

O objetivo deste estudo foi investigar os desafios mais proeminentes da democracia cultural e a inserção dos sujeitos periféricos no Brasil a partir dos campos sociais. O Brasil, na última década, avançou na esfera da cultura ao promover e aumentar a participação dos periféricos. Percebe-se, também, movimentação e interesse de alguns governos estaduais e municipais pelo assunto, configurando evolução e importância pela causa. Porém, ainda há um longo caminho a trilhar para o alcance de uma sociedade civil forte e valorização das diversas culturas nacionais.

Mais do que exclusão econômica, os sujeitos periféricos também sofrem o estigma de suas identidades, que não são valorizadas na sociedade de preponderância branca e elitista. Como contribuição para a redução da pobreza, as políticas culturais podem permitir uma maior alocação de recursos para projetos que culminam em geração de renda, bem como na inclusão social e cultural dos sujeitos periféricos. Equalizar o orçamento da cultura, entre as áreas de centro e da periferia, é um dos principais desafios das políticas públicas culturais para dirimir a exclusão nesse campo, sendo necessária maior relação intergovernamental.

As barreiras e a limitação de oportunidades vividas pelos sujeitos periféricos corroboram para o reforço da crença na desigualdade como algo natural. Tal situação acontece devido a fragilidades no desenho político, que não eleva a produção social e pelo desinteresse em questionar como os recursos dos impostos são distribuídos entre as classes sociais e como têm sido destinados (BAQUERO, 2008). Em tal cenário, a demanda de consolidação democrática atualmente vai além da dimensão formal e inclui a redução da pobreza e da desigualdade social. Esses aspectos requerem um novo desenho político que aumente a produtividade social por meio da fiscalização da gestão pública. É fundamental, portanto, problematizar a forma como os valores dos impostos são distribuídos para esse fim.

Em um espaço de lutas de classes por recursos escassos, os sujeitos periféricos se encontram em desvantagem no seu desenvolvimento, em relação aos demais sujeitos que têm maior acesso aos capitais cultural, econômico e social. As comunidades periféricas que possuem esses capitais desiguais passam a competir em desequilíbrio pelo acesso ao capital político.

Espera-se que a discussão teórica desenvolvida neste estudo possa inspirar novas investigações no campo da cultura. As dimensões teóricas aqui articuladas, de desigualdade, democracia na cultura, campo social e reprodução de capitais no contexto de vida de sujeitos, que têm origem nas regiões periféricas da sociedade brasileira, servem de sustentação para estudos empíricos e de campo que tragam novas luzes à compreensão dos desafios da reprodução do campo cultural brasileiro em bases mais democráticas. É preciso comparar realidades territoriais distintas no diverso universo social brasileiro e verificar se outras dimensões de análise, como aquelas relacionadas às relações de gênero e raciais, constituem-se em elementos interessantes para novas investigações. Considera-se que essas pesquisas são uma das formas de se produzir conhecimento em Ciências Sociais e Humanas, de forma engajada com a transformação social, em direção às sociedades mais justas, democrá-

ticas e sustentáveis, caminho que passa necessariamente pelo entendimento de como o campo cultural se reproduz em sociedades desiguais, como a brasileira.

### Referências

BALKIN, Jack M. Cultural democracy and the first amendment. *Northwestern University Law Review*, Rochester, v. 110, n. 5, p. 1053-1095, Oct. 2016. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2676027](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2676027). Acesso em: 15 abr. 2023.

BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 380-413, nov. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/wBD95CrGznW94tsGgXQ4vgD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 abr. 2023.

BOTELHO, Isaura. *As dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios*. São Paulo: Edições Sesc, 2016.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 73-83, abr./jun. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/cf96yZJdTvZbrz8pbDQnDqk/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

BOTELHO, João Carlos Amoroso; OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo. El declive de la democracia en América Latina: Robert Bonifácio. *Revista Estudios Sociales*, v. 74, p. 41-57, oct. 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/revestudsoc/48913>. Acesso em: 16 abr. 2023.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das classes. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 107-120.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

BRASIL. Art. 1 constitui o Estado Democrático de Direito. In: BRASIL. [Constituição Brasileira de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República, 2019. p. 180.

BRASIL. Lei n. 14.017, de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 20 de março de 2020. *Diário Oficial da União*; seção 1, Brasília, página 1, edição 123, 30 jun. 2020.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3., 2007, Salvador. *Anais [...]* Salvador: UFBA, 2007, p. 1-18.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*. Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

CANCLINI, Néstor García. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: CANCLINI, Néstor García. *Políticas Públicas na América Latina*. México: Grijalbo, 1987. p. 13-59.

CARMO, Adriana Almeida. *Eu sou resultado de um projeto social: implicações do acesso à cultura para sujeitos oriundos de periferias*. 2020. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

CARMO, Adriana Almeida; FERREIRA, Cláudia Aparecida Avelar; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza. Racionalidades e ambivalências da gestão cultural. *RGO-Revista Gestão Organizacional*, Chapecó, v. 13, n. 3, p.119-139,

set./dez. 2020. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/5245>. Acesso em: 15 abr. 2023.

CARVALHO, Doracy Dias Aguiar de; CARVALHO, Roberto Francisco de. Democracia e direitos sociais: histórico e implicações para as políticas educacionais brasileiras. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 457-467, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179661377003>. Acesso em: 15 abr. 2023.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 269-279, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/TyMKscqwjWfwpbScmWpwCvc/?lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2023.

COELHO, José Teixeira. Modos culturais pós-modernos. *Revista USP*, São Paulo, n.29, p. 90-101, mar./maio 1996a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25631>. Acesso em: 16 abr. 2023.

COELHO, José Teixeira. *O que é indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1996b.

COLARES, André Felipe Vieira; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Representações sociais da cultura em Belo Horizonte. *Revista Gestão & Conexões*, Vitória, v. 5, n. 1, p. 19-37, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5646095>. Acesso em: 16 abr. 2023.

CRUZ, Breno de Paula Andrade. Classe C e o fenômeno social TV no Brasil. *Revista Administração em Diálogo-USP*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 106-128, set./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/rad.v17i3.19143/17470>. Acesso em: 16 abr. 2023.

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 19-36, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/whJqBpqqmD6Zx6BY54mMjqXQ/?format=pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

DURAND, José Carlos Garcia. *Política e gestão cultural: Brasil, USA e Europa*. São Paulo, FGV EAESP – GV Pesquisa - Relatórios Técnicos [417], 2000.

FIGUEIREDO, Pedro. Opinião. *ARQtexto*, Porto alegre, n. 6, p. 138-140, jul./dez. 2004, Disponível em: [https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs\\_revista\\_6/12\\_Opini%C3%A3o\\_Pedro%20Figuereido.pdf](https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_6/12_Opini%C3%A3o_Pedro%20Figuereido.pdf). Acesso em: 17 abr. 2023.

FORENZA, Brad. Sustained community theater participation as civil society involvement. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, United Kingdom, v. 46, n. 3, p. 549-566, July 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0899764016660385>. Acesso em: 17 abr. 2023.

FORTUNA, Carlos. Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. *Revista crítica de Ciências Sociais*, v. 63, p. 291-292, 2002 (online), 01 out. 2012 Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1272#quotation>. Acesso em: 17 abr. 2023.

FREDERICO, Celso. From the urban periphery to the city center: culture and politics in postmodern times. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 239-255, dez. 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/262437728\\_From\\_the\\_urban\\_periphery\\_to\\_the\\_city\\_center\\_culture\\_and\\_politics\\_in\\_postmodern\\_times](https://www.researchgate.net/publication/262437728_From_the_urban_periphery_to_the_city_center_culture_and_politics_in_postmodern_times). Acesso em: 17 abr. 2023.

FURTADO, Celso. *Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. São Paulo: LTC, [1981] 2004.

GRODACH, Carl. Looking beyond image and tourism: the role of flagship cultural projects in local arts development. *Planning, Practice & Research*, Londres, v. 23, n. 4, p. 495-516, Dec. 2008. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02697450802522806?journalCode=cppr20>. Acesso em: 17 abr. 2023.

HACKER, Hans J. Democracies guardian genius: pragmatism and liberal discourse in public policy. *International Journal of Organization Theory & Behavior*, United Kingdom, v. 13, n. 1, p. 87-110, Mar. 2010. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/IJOTB-13-01-2010-B005/full/html>. Acesso em: 17 abr. 2023.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *Interfacehs - Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-20, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. Political Culture and Democracy: Analyzing Cross-Level Linkages. *Comparative Politics*, v. 36, n. 1, p. 61-79 (Forthcoming). Posted in 8 february 2014, written 2003. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2391764>. Acesso em: 17 abr. 2023

JIANG, Xuan; CHOI, Sun-hee. The impact of centre-local intergovernmental relations on the development of cultural democracy: the experiences of South Korea and China. *Asian Education and Development Studies*, United Kingdom, v. 7, n. 1, p. 53-75, Jan. 2018. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/AEDS-03-2016-0026/full/html>. Acesso em: 17 abr. 2023.

KATZMAN, Ruben. A dimensão espacial nas políticas de superação da pobreza urbana. In: RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz; SANTOS Jr., Orlando Alves dos. (orgs.). *As metrópoles e a questão social brasileira*. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2007. p. 301-339.

KAUFMAN, Dora. A força dos “laços fracos” de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço. *Galaxia*, São Paulo, s.v., n. 23, p. 207-218, jun. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399641249017>. Acesso em: 15 abr. 2023.

LAPA, Andrea Brandão Lapa; LACERDA, Andreson Lopes; COELHO, Isabel Colussi. A cultura digital como espaço de possibilidade para a formação de sujeitos. *Inclusão Social*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 19-32, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4170>. Acesso em: 15 abr. 2023.

LOPES, João Teixeira M. Da democratização da cultura a um conceito e prática alternativos de democracia cultural. Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti. *Cadernos de Estudo*, Porto, v. 14, n. 121, p. 1-13, nov. 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/276458003\\_Da\\_democratizacao\\_da\\_Cultura\\_a\\_um\\_conceito\\_e\\_pratica\\_alternativos\\_de\\_Democracia\\_Cultural](https://www.researchgate.net/publication/276458003_Da_democratizacao_da_Cultura_a_um_conceito_e_pratica_alternativos_de_Democracia_Cultural). Acesso em: 17 abr. 2023.

MARCUSSO, Ricardo Antônio. *Estigma social do lugar: estudo de caso sobre o morar na cidade de Carapicuíba*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

MARINO, Aluizio. Paisagem cultural e periferia: galeria a céu aberto de São Mateus. In: COLÓQUIO IBERO AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, 3., 2014, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p.1-17.

MARQUES, Eduardo. Urban poverty, segregation and social networks. *International Journal of Urban and Regional Research*, Berlin, v. 39, n. 6, p. 1067-1083, Jan. 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1468-2427.12300>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 29, p. 169-185, nov. 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/13708/9236>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Recognition and social esteem: a case study of the struggles of people affected by leprosy. *Political Studies*, United Kingdom, v. 59, p. 940-958, Jan. 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9248.2010.00869.x?journalCode=psxa>. Acesso em: 17 abr. 2023.

MOTTA, Paulo Roberto; SCHMITT, Valentina Gomes Haensel. Transformação individual, ascensão social e êxito profissional. *Revista de Administração Pública*, Botafogo, v. 51, n. 3, p. 451-461, maio/jun. 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-897218>. Acesso em: 15 abr. 2023.

RAO, Vijayendra; SANYAL, Paromita. Dignity through discourse: poverty and the culture of deliberation in Indian village democracies. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Thousand Oaks, v. 629, n. 1, p. 146-172, May 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0002716209357402>. Acesso em: 15 abr. 2023.

RIBEIRO, Marcos Abraão; DUTRA, Roberto. Neopatrimonialismo, diferenciação funcional e a relação centro-periferia revisitada. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 19, n. 46, p. 387-422, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/index>. Acesso em: 15 abr. 2023.

RUTTEN, Kris; CALLEEuw, Helena; ROETS, Griet; GORP, Angelo Van. Cultural policy and participatory art practices in Flanders. *Journal of Organizational Change Management*, United Kingdom, v. 32, n. 2, p. 266-281, May 2019. Disponível em: <https://www.emeraldgroupublishing.com/journal/jocm>. Acesso em: 15 abr. 2023.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 12, n. 33, p. 151-165, abril/junio 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400638277009>. Acesso em: 15 abr. 2023.

SCHEVE, Kenneth; STASAVAGE, David. Wealth inequality and democracy. *Annual Review of Political Science*, Palo Alto, v. 20, p. 451-468, May 2017. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-polisci-061014-101840>. Acesso em: 15 abr. 2023.

SILVA, Sabrina Aparecida da. Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 119-126, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/fSC79qvyV35qddNBdpTBRCs/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

SOARES, Cybele C. Santos do Couto; BRAZ, Sandrine Cristina Figueredo; MAFALDO, Norma M. Meireles Macêdo. Programa Esquenta: a periferia se

vê por aqui? In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 13., 2011, Maceió. *Anais* [...] Maceió: Intercom, 2011. IJ04.137-1. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2011/resumos/R28-0137-1.html>. Acesso em: 17 abr. 2023.

SOUZA, Jesse. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira*. São Paulo: Leya, 2015.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, Jessé. *Subcidadania Brasileira*. São Paulo: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. Uma teoria crítica do reconhecimento. *Lua Nova*, São Paulo, n. 50, p. 133-158, 2000. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67313606008>. Acesso em: 15 abr. 2023.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

STØVRING, Kasper. The cultural prerequisites of social cohesion: with special attention to the nation of Denmark. *International Journal of Sociology and Social Policy*, United Kingdom, v. 32, n. 3/4, p. 134-152, Apr. 2012. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/01443331211214721/full/html>. Acesso em: 15 abr. 2023.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-55, ene./feb. 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=241016430003>. Acesso em: 15 abr. 2023.

Recebido em: 28 de setembro de 2021

Aprovado em: 06 de abril de 2023